

O USO DE MAPA CONCEITUAL NAS PUBLICAÇÕES DO VIII ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO DE BIOLOGIA (ENE BIO)

Fabiana Oliveira dos Santos Velasco¹
Reginaldo dos Santos²

RESUMO

Frente ao compromisso social da escola em promover educação escolar democrática/inclusiva e de boa qualidade para todos, é de fundamental importância que os professores dominem e usem diferentes instrumentos e estratégias de avaliação (HOFFMANN, 2005; ROMÃO, 2011; CARMINATTI; BORGES, 2012). Quando se fala em avaliação para uma educação escolar democrática/inclusiva, fala-se em um processo de verificação contínua (avaliação diagnóstica, formativa e somativa) por parte do professor em função da evolução da aprendizagem do aluno, e não em apenas um instrumento de classificação como ocorrência no passado quando o Estado não tinha a obrigação de oferecer educação escolar para todos como um direito subjetivo, conforme está determinado na Constituição Federal e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/1996. Nessa perspectiva, avaliação se caracteriza como um juízo de valor que se faz da aprendizagem do aluno, com base em critérios pré-estabelecidos – portanto não arbitrários –, tendo como finalidade a tomada de decisão em favor do progresso do aluno (LUCKESI, 2018). Assim como discorre Romão (2011), para a prática de uma avaliação adequada o professor precisa usar estratégias, critérios e instrumentos adequados aos objetivos perspectivados para uma determinada ação educativa. Assim, enquanto mais harmônicos e coerentes forem esses elementos (estratégias, critérios e instrumentos) mais próximo o professor estará das evidências que houve aprendizagem em razão da ação educativa na qual o aluno é submetido. Dito de outra forma, um bom instrumento e estratégia de avaliação são aqueles que são coerentes com os objetivos pretendidos pelo professor em favor da aprendizagem do aluno. No que diz respeito a estratégias e instrumentos de avaliação, acredita-se que o uso de mapa conceitual pode contribuir tanto para o ensino-aprendizagem como para a avaliação. Segundo Moreira (2006), mapas conceituais são ferramentas gráficas para a organização e representação do conhecimento, e são propostos como uma estratégia potencialmente facilitadora de uma aprendizagem significativa. Eles incluem conceitos, geralmente dentro de círculos ou quadros, ligados por linhas ou setas sobre as quais escreve-se uma palavra para ligar e fazer a relação entre um conceito e outro (MOREIRA, 2006). Frente ao exposto, este resumo discorre sobre uma pesquisa desenvolvida no ano de 2021 com o objetivo de conhecer e analisar como os trabalhos publicados no VIII Encontro Nacional de Ensino de Biologia (ENE BIO) abordam sobre o uso de mapa conceitual como instrumento e/ou estratégia de avaliação. Nesta perspectiva, a pesquisa foi desenvolvida conforme as seguintes etapas: 1. Busca de trabalhos nos anais do evento; 2. Leitura e análise desses trabalhos; e 3. Categorização dos dados. Os trabalhos desse evento estão publicados em três modalidades: 1. Produção de material didático; 2. Relato de experiência docente; e 3. Relato de pesquisa acadêmica. E cada uma dessas modalidades se subdividem em oito áreas temáticas. Para selecionar os trabalhos desejados nesta pesquisa, primeiro acessou-se o link de cada uma dessas três modalidades e, posteriormente, acessou-se os trabalhos disponíveis dentro de cada área temática. Frente a esse arranjo metodológico a pesquisa obteve os seguintes resultados: em sua VIII edição, o ENE BIO publicou 568 trabalhos, dos quais, apenas 4 são trabalhos que tratam sobre mapa conceitual. Desses 4, todos são trabalhos publicados na modalidade “Relato de experiência docente”. Foi constatado que todos esses 4 trabalhos, diz respeito a trabalhos

¹ Graduanda do Curso de Ciências Biológicas - Licenciatura, Campus Altamira, da Universidade Federal do Pará - PA fabianavelasco@yahoo.com;

² Professor orientador: Doutor em Ensino de Ciências, Faculdade Ciências de Ciências Biológicas, da Universidade Federal do Pará - PA, reginaldosantospira@gmail.com.

sobre uso de mapa conceitual no nível do ensino superior e nenhum, e nenhum desses diz respeito ao Ensino Fundamental ou Ensino Médio. Nenhum desses trabalhos usou mapa conceitual como instrumento ou estratégia de avaliação. E todos eles usaram mapa conceitual para o ensino-aprendizagem. Foi percebido que todos os trabalhos envolveram os alunos na produção de mapa conceitual, sendo que em 1 (um) deles, essa produção foi realizada em dupla; 1 (um) em trio e 2 (dois) em grupo com quatro ou mais alunos. A partir dessa análise foi possível perceber que a abordagem sobre mapas conceituais no VIII ENEBIO é ainda bem reduzida. Nesse evento que discuti e apresenta trabalhos de pesquisa e experiências para o Ensino de Biologia, o uso de mapa conceitual é pouco explorado. Conforme discorrem Santos et al. (2015) e Silva et al. (2021), a descoberta e utilização de novas metodologia, incluindo aí o uso de mapas conceituais, pode contribuir para um ensino escolar mais atrativo para os alunos e daí, tornar a escola mais inclusiva, atualizada e eficiente, tanto no que diz respeito ao processo de avaliação, como no que diz respeito ao processo ensino-aprendizagem escolar de uma forma geral, considerando, obviamente que o processo de avaliação ocorre dentro e em função de um processo maior que é o processo ensino-aprendizagem. Frente ao exposto e considerando o importante potencial dos mapas conceitual para o ensino escolar (o ensino intencional, sistematizado e institucionalizado), esta pesquisa foi concluída considerando que o ENEBIO precisa, de algum modo, encorajar a ampliação do uso de mapas conceituais, envolvendo aí cursos de formação inicial e continuada para professores. Eis o desafio.

Palavras-chave: Educação Inclusiva, Ensino de Biologia, Aprendizagem Significativa.

Referencias

- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Diário Oficial [da União], Brasília, DF, 05 de out. 1988. Seção I – p. 1-57.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial [da União], Brasília, DF, 23 de dez. 1996. Seção I – p. 27.833.
- CARMINATTI, Simone Soares Haas; BORGES, Martha Kaschny. Perspectivas da avaliação da aprendizagem na contemporaneidade. **Est. Aval. Educ.**, v. 23, n. 52, p. 160-178, maio/ago. 2012. Disponível em: <<https://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/eae/arquivos/1734/1734.pdf>>. Acesso em: 03 fev. 2021
- HOFFMANN, Jussara. **Avaliação: mito e desafio: uma perspectiva construtivista**. 35. ed. Porto Alegre: Mediação, 2005.
- LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação em educação: questões epistemológicas e práticas**. São Paulo: Cortez, 2018.
- MOREIRA, Marco Antonio. **A teoria da aprendizagem significativa e sua implementação em sala de aula**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2006.
- ROMÃO, José Eustáquio. **Avaliação dialógica: desafios e perspectivas**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- SANTOS, Cleidilene de Jesus Souza Santos *et al.* Ensino de Ciências: novas abordagens metodológicas para o ensino fundamental. **Revista Monografias Ambientais – REMOA**, v.14, p.217-227, 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/remoa/article/viewFile/20458/pdf>>. Acesso em: 08 nov. 2021.
- SILVA, Vitória Marília Ferreira Lima *et al.* Mapas conceituais no ensino de ciências: uma metodologia interativa para o ensino aprendizagem. CONGRESSO INTERNACIONAL DE PESQUISA E ENSINO EM CIÊNCIAS, 4., 2011, Campina Grande-PB. **Anais eletrônicos...** Campina Grande-PB, 22-24 ago. 2019. Disponível em: <https://conapesc.com.br/2019/atividades.php?q=6>. Acesso em: 08 nov. 2021.